

O discurso religioso das Cartas Tupis (1645)

The religious discourse of the Tupi Letters (1645)

Leandro Vilar Oliveira*

Resumo

As Cartas Tupis são raros documentos coloniais que foram redigidos no antigo idioma tupi e apresentam a conversa de quatro importantes chefes indígenas do povo Potiguara: Antônio Felipe Camarão, Diogo Pinheiro Camarão, Pedro Poti e Diogo da Costa, os quais foram capitães durante o contexto do Brasil Holandês (1630-1654). O presente artigo analisou o discurso religioso dos Camarões e Costa que eram católicos, e de Poti, que era calvinista, em que através do apelo a fé, tentaram convencer uns aos outros de desertar e unir-se a sua causa. Tal acontecimento ocorreu em meio as batalhas da Guerra de Restauração (1645-1654), em que os portugueses tentaram novamente expulsar os neerlandeses. As cartas refletem não apenas o cenário bélico da época, mas principalmente a mentalidade religiosa do período, referente ao contexto das guerras religiosas.

Palavras-chave: Felipe Camarão. Pedro Poti. Brasil Holandês. Cartas Tupi. Barroco.

Abstract

The Tupi Letters are rare colonial documents that were written in the ancient Tupi language and present the conversation of four important indigenous chiefs of the Potiguara folk, Antonio Felipe Camarao, Diogo Pinheiro Camarao, Pedro Poti and Diogo da Costa, who were captains during the context of Dutch Brazil (1630-1654). This paper analyzed the religious discourse of Camarões and the Costa, which were Catholic, and of Poti, which was Calvinist, in which, through the appeal to faith, they tried to convince each other to defect and join their cause. Such an event occurred during the battles of the Brazilian Restoration War (1645-1654), in which the Portuguese tried again to expel the Dutchmen. The letters reflect not only the war scenario of the time, but mainly the religious mentality of the period, referring to the context of religious wars.

Keywords: Felipe Camarao. Pedro Poti. Dutch Brazil. Tupi Letters. Baroque.

Artigo submetido em 03 de janeiro de 2024 e aprovado em 02 de setembro de 2025.

* Doutor em Ciências das Religiões e Mestre em História e Cultura Histórica pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
Doutorando em História e Cultura Histórica pela mesma universidade. País de origem: Brasil. ORCID: 0000-0001-8905-9727. E-mail: vilarleandro@hotmail.com.

Introdução

As chamadas Cartas Tupis consistem num conjunto de cartas, destacando-se seis delas, redigidas entre os meses de agosto e outubro de 1645. Tais documentos apresentam os relatos de quatro chefes indígenas do povo Potiguar¹: Felipe Camarão, Pedro Poti, Diogo Pinheiro Camarão e Diogo da Costa, que escreveram acerca da campanha militar do período da Insurreição Paraibana, iniciada meses depois da Insurreição Pernambucana (1645-1654), naquele mesmo ano.

Essas cartas consistem em documentos escritos em tupi, mas usando algumas palavras e regras da gramática portuguesa. São uma rara fonte de origem indígena dos tempos coloniais, sendo traduzidos pela primeira vez ao neerlandês pelo reverendo inglês Johannes Edward, que serviu como missionário no Brasil, o qual teve acesso as cartas, as quais foram enviadas para os arquivos da Companhia das Índias Ocidentais (*West Indische Compagnie* – WIC), sendo registradas em 1646 (Meuwese, 2012).

No entanto, depois disso, tais cartas ficaram esquecidas pela historiografia brasileira, sendo “redescobertas” em 1885, na viagem de José Higinio Duarte Pereira (1847-1901) aos Países Baixos (popularmente chamado de Holanda), tendo sido ele enviado pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), no intuito de identificar, coletar, transcrever e mais tarde traduzir parte desses documentos sobre a história brasileira, guardado nos arquivos daquele país. E em meio a sua pesquisa, José Hygino deparou-se com os manuscritos das Cartas Tupis e a tradução de Edward. Entretanto, somente anos depois duas cartas foram traduzidas ao português, iniciativa feita pelo historiador Theodoro Sampaio (1855-1937), e publicadas em 1906, na revista do IAGP. Mais tarde o historiador Pedro Souto Maior (1857-1925), realizou a tradução das seis cartas com base na tradução de Edward, publicando-as no livro *Fastos Pernambucanos* (1913).

¹ Os Potiguaras são um dos povos indígenas da costa brasileira, do tronco linguístico do tupi-guarani. Suas comunidades habitaram territórios que se estendiam do Ceará ao norte de Pernambuco. Ao longo do processo colonizador, os potiguaras confrontaram portugueses, espanhóis, franceses e neerlandeses, embora tenham atuado também como seus aliados em determinados momentos. O nome desse povo significa “comedor de camarão” (*poti + guara*). Atualmente os potiguaras vivem principalmente no estado da Paraíba, havendo também algumas aldeias no Rio Grande do Norte e no Ceará (Moonen; Maia, 1992).

Mas qual seria o conteúdo das cartas? Sobre isso, Costa (2021) aponta que a numeração das cartas não segue a cronologia em que foram redigidas, mas a ordem pela qual Sampaio e Souto Maior decidiram traduzi-las. Entretanto, optamos em usar a ordem cronológica para citar uma sinopse dessas cartas, conforme apresentado por Navarro (2022).

- **Primeira Carta:** De Felipe Camarão a Pedro Poti, datada de 19 de agosto de 1645. Camarão disse que quatro chefes aliados de Poti foram capturados e pediu ao parente que deixasse de lutar pelos neerlandeses.
- **Segunda Carta:** De Felipe Camarão a Antônio Paraupaba, datada de 4 de outubro de 1645. Camarão pediu que Paraupaba deixasse de lutar pelos neerlandeses.
- **Terceira Carta:** De Felipe Camarão a Pedro Poti, datada de 4 de outubro de 1645. Camarão não concordou com a decisão de Poti e ainda tentou persuadi-lo de se aliar a ele.
- **Quarta Carta:** De Diogo da Costa a Pedro Poti, datada de 17 de outubro de 1645. Costa apelou ao seu irmão para aceitar a proposta de Camarão.
- **Quinta Carta:** De Diogo Pinheiro Camarão a Pedro Poti, datada de 21 de outubro de 1645. Pinheiro apelou para o lado religioso de Poti para tomar uma decisão sábia.
- **Sexta Carta:** De Diogo Pinheiro Camarão aos capitães Baltazar Araberana, Gaspar Cararu, Pedro Valadina e Jandaia, de 21 de outubro de 1645. Pinheiro apresentou a proposta para que os capitães inimigos se tornassem seus aliados.
- **Sétima Carta:** De Pedro Poti ao Felipe Camarão e seus aliados. Datada de 31 de outubro de 1645. Apresenta as críticas de Poti as tentativas de seu parente de pedir que traísse os neerlandeses, além de reiterar que eles eram iludidos pelos portugueses.

Embora sejam sete cartas, para esse estudo não abordamos todas elas, pois algumas não possuem um discurso religioso usado como argumento, assim, o leitor somente terá contato com os documentos que apresentaram elementos

religiosos, os quais estão associados com a moralidade cristã católica e protestante do século XVII.

Para realizar esta análise recorreremos a algumas observações de Eni Orlandi sobre a análise do discurso, em que ele disse: “Também não se deve confundir discurso com ‘fala’ na continuidade da dicotomia (língua/fala) proposta por F. de Saussure. [...]. O discurso tem sua regularidade, tem social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto” (Orlandi, 2012, p. 21-22).

Por essa citação entende-se o discurso como a construção de uma cadeia de ideias, argumentos e justificativas que defendam ou ataquem algo ou alguém. Sobre isso, Michel Foucault assinalou que o discurso pode ser tanto de ordem pessoal, ou seja, concebido por um indivíduo com base em suas ideias, opiniões, saberes, visão de mundo e intenções, mas o discurso também é uma construção de grupos, classes, instituições, ordens etc. A respeito, ele escreveu:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatórios, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 1999, p. 8-9).

O comentário de Foucault é pertinente, pois o discurso religioso que foi analisado neste artigo adveio das instituições da época, assim como, da mentalidade social-cultural daquele tempo, algo que o historiador Michel de Certeau (1925-1986) chamou de “lugar social” do autor. Sobre isso, ele ao instruir os historiadores recomendou ficar atento ao lugar de fala, de formação, de vivência, dos autores das obras analisadas, fossem eles autores das fontes primárias ou secundárias, pois isso tudo guardava informações úteis para se compreender seus discursos.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (Certeau, 1982, p. 66).

A explicação de Certeau sobre o lugar social do autor é importante para compreender não apenas o contexto em que essas cartas foram escritas, no caso, o período da Guerra de Restauração ou Insurreição Pernambucana (1645-1654), mas também o contexto social e cultural da época, em que ambos influenciaram no discurso religioso adotado nesses documentos.

Partindo desses pressupostos levamos em consideração o contexto histórico em que essas cartas foram escritas, resumindo a situação histórica pernambucana e paraibana naquele ano de 1645, além de comentar sobre a influência da mentalidade barroca na Idade Moderna, mostrando que o barroco não se limitou apenas em ser um estilo artístico. Por tal viés, observamos que o tom do discurso dos Camarões e de Poti foi reflexo das desavenças iniciadas na Europa após a Reforma Protestante e a Contrarreforma.

Dessa forma, o artigo foi dividido nas seguintes seções: um breve histórico sobre a ocupação neerlandesa na colônia brasileira, depois a apresentação do contexto do ano de 1645, quando eclodiu a Insurreição Pernambucana contra a WIC, em seguida comentamos brevemente sobre os autores das Cartas Tupis. Por fim, analisamos as cartas que apresentaram teor de discurso religioso.

1. Breve esboço da ocupação neerlandesa no Brasil

Os neerlandeses já tinham visitado o Brasil desde o século XVI, percorrendo a costa tropical para fins de comércio, reconhecimento e até mesmo em ataques de pirataria, como os assaltos cometidos entre 1599 e 1600 na Baía de Todos os Santos, liderados pelos capitães Hartman e Boers. Entretanto, somente vinte anos depois desses assaltos, os neerlandeses decidiram executar uma expedição mais ousada. Em 1621 foi criada a Companhia das Índias Ocidentais (WIC), uma empresa de capital público e privado com características de sociedade anônima, dispondo de permissões do governo para montar marinha e exército, e empreender a colonização pelo Atlântico, além de ter direito a monopólio do comércio e outras vantagens (Heijer, 2003). Tratava-se de uma iniciativa que seguia interesses políticos, econômicos, mas também religiosos como bem salientou Vainfas ao dizer:

A expansão marítima dos Países Baixos foi, assim, um grande negócio organizado e financiado por empresas comerciais. Integrou também um vasto plano político de afirmação da soberania das províncias rebeldes e sua elevação a uma posição hegemônica no cenário das potências européias. No entanto, a expansão da WIC esteve longe de se limitar às razões econômicas e políticas. Uma terceira motivação se destacou desde o início: o **proselitismo religioso**, uma vez que a bandeira do calvinismo, a “verdadeira religião cristã”, no dizer dos reformados, era traço definidor da identidade do Estado, uma confederação de províncias governada pela Casa de Orange que, apesar de conhecida por sua tolerância religiosa, não deixava de ser um Estado confessional, a exemplo dos demais Estados europeus do Ocidente (Vainfas, 2009, p. 147, grifo do autor).

O primeiro grande alvo almejado pela WIC, foi atacar o Brasil, fato esse que seu exército ocupou Salvador entre 1624 e 1625, no entanto, o rei Filipe III, monarca de Espanha e Portugal, enviou uma poderosa armada, conhecida como Jornada dos Vassalos, formada por 56 navios e mais de 12 mil homens entre soldados e tripulantes. A WIC ainda enviou reforços para manter suas posições, mas esses foram ineficazes frente ao contingente e poderio adversário, levando a empresa a desistir de sua conquista (Schwartz, 1991).

Apesar da derrota, a WIC não desistiu de controlar a próspera produção açucareira brasileira, e quatro anos depois zarpou no final de 1629, nova armada rumo ao Brasil. Dessa vez o alvo inicial foi a Vila de Olinda, então capital da Capitania de Pernambuco, a maior produtora de açúcar no norte do Brasil. O tenente-coronel Hendrick Corneliszoon Lonck comandou a nova campanha de conquista. Olinda e depois Recife sucumbiram à força invasora, iniciando assim uma ocupação que se estendeu pelos vinte e quatro anos seguintes (Boxer, 1961).

Como apontado pelo historiador Evaldo Cabral de Mello (2010), o período do Brasil holandês pode ser dividido em três grandes momentos: 1) a guerra de conquista (1630-1636), fase marcada pela expansão da WIC para conquistar as capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte; 2) o governo nassoviano (1637-1644), período marcado por estabilidade política, expansão territorial que alcançou Ceará e Maranhão e o início das missões calvinistas; 3) a guerra de restauração (1645-1654), cujo período marca o declínio da administração neerlandesa, uma nova série de batalhas, crise política e econômica para a WIC, culminando no acordo de se retirar do Brasil.

2. A Guerra de Restauração em 1645

O contexto histórico em que as Cartas Tupis foram redigidas ocorreu durante o início da crise da dominação neerlandesa. Antes da saída de João Maurício de Nassau em 1644, os últimos anos de seu governo já viam enfrentado alguns problemas internos, desentendimentos dele com o Conselho dos XIX da WIC e alguns comandantes militares, além de denúncias de corrupção, queda na produção açucareira, aumento do endividamento da companhia, falta de recursos etc. Em meio a esses problemas enfrentados pela companhia neerlandesa, surgiu a oportunidade de iniciar uma insurreição, algo que teve começo em 15 de maio de 1645 no Engenho São João², sob convite de João Fernandes Vieira (c. 1610-1681) alguns senhores de engenho e militares se reuniram³ (Mello, 2010).

A Guerra de Restauração ou Insurreição Pernambucana de 1645, iniciou-se a partir da decisão de se formar milícias para confrontar os neerlandeses, aproveitando a situação de crise que a companhia vivenciava, aquela era uma oportunidade que não poderia ser desperdiçada. Dessa forma, homens, armamentos e recursos foram mobilizados, começando os primeiros conflitos que se estenderiam pelos anos seguintes.

No caso da Capitania da Paraíba, as notícias da insurreição chegaram ainda em junho, levando a WIC a enviar o conselheiro Paulus de Linge de volta aquela capitania, para governa-la de forma interina. Por conta de sua experiência anterior como governador da Paraíba, ele estava familiarizado com a política local, mas para sua surpresa, parte da população já havia aderido à insurreição. Linge despachou ordens para se identificar e aprisionar conspiradores e espiões, além de reforçar o contingente militar nas fortificações. Um de seus objetivos era conter focos de rebelião, evitando que na Paraíba inicia-se batalhas como começaram a ocorrer em Pernambuco (Oliveira, 2021b).

No mês de agosto ocorreu em Pernambuco dois conflitos importantes: a Batalha das Tabocas (3 de agosto) e a Batalha de Casa Forte (17 de agosto),

² Antigo Engenho Nossa Senhora do Rosário, comprado em 1642 por Vieira. Ele ficava situado na várzea do Capibaribe, hoje território do município do Recife.

³ Embora João Fernandes Vieira tenha encabeçado a formação da resistência em Pernambuco, os planos para essa guerra já vinham sendo debatidos anos antes. O rei D. João IV, o governador-geral Antônio Teles da Silva e o mestre-de-campo André Vidal de Negreiros já estavam articulando preparativos para o início dessas campanhas.

consistindo em ações promovidas pelos insurretos. Marcando duas derrotas significativas para a WIC. E a notícia das vitórias obtidas pelos portugueses chegou à Paraíba, acelerando a mobilização para a formação de milícias rebeldes. Foi ainda no mês de agosto que a primeira das Cartas Tupis foi redigida (Oliveira, 2021b).

3. Os autores das cartas

Apesar de nomes como Felipe Camarão e Pedro Poti serem conhecidos, no entanto, muitos aspectos das suas vidas privadas e trajetória antes da guerra, são desconhecidos. Por conta disso, optamos em apresentar alguns breves aspectos gerais sobre esses homens.

Antônio Felipe Camarão (c. 1600-1648), nasceu com o nome Poti ou Potiguaçu, em localidade incerta na Capitania do Rio Grande⁴, mas ainda jovem converteu-se ao catolicismo e adotou o nome de Antônio Felipe, sendo alfabetizado pelos jesuítas (Costa, 2019). Por sua vez, ele traduziu seu nome indígena que significa camarão, adotando-o como sobrenome. Sua juventude é desconhecida, mas em 1630, no ano da invasão neerlandesa de Olinda e Recife, Camarão voluntariou-se para lutar contra o inimigo, dando início a sua ascensão militar que ocorreria na década seguinte. Mas além dele, seguiu também sua esposa Clara Camarão. A respeito dela, pouco se sabe, pois, os cronistas do XVII praticamente nada relataram sobre sua pessoa, e os historiadores do XIX, também não demonstraram interesse. No ano de 1637, após a Batalha de Porto Calvo, Felipe Camarão teve sua bravura reconhecida pelo rei D. Felipe III, que lhe concedeu o título de dom, a patente de capitão de índios e uma tença (pensão) de 40 mil réis ao ano (Vainfas, 2001). Foi a partir desse fato que ele começou a ganhar mais notoriedade, tornando-se um dos principais chefes indígenas daquela década.

Pedro Poti (1608-1652) nasceu em local incerto na Capitania da Paraíba, todavia, sua relação com os neerlandeses é bem mais antiga que o contexto das guerras que ele participou. Em 1625 a frota comandada pelo almirante

⁴ Entre os séculos XVII e XIX, houve teorias que Felipe Camarão teria nascido ou no Ceará ou em Pernambuco, mas essas teorias foram refutadas. Sobre isso cf. Costa (2019).

Boudewyin Hendricksz (?-1626), que vinha da Bahia, após falhar em confrontar as forças hispano-lusitanas da Jornada dos Vassalos, ancorou na Baía da Traição, território paraibano. Os neerlandeses permaneceram alguns dias ali para descansar, reabastecer, cuidar dos feridos, limpar os navios e explorar o território. Na ocasião, eles fizeram contato com potiguaras, incluindo Pedro Poti. Não se sabe ao certo por quais motivos Poti e outros cinco indígenas: Antônio Paraupaba, Antônio Guiravassauai, Antônio Francisco e Luís Gaspar Paraupaba, aceitaram o convite de se mudarem para os Países Baixos (Vainfas, 2001).

Mas como sugeriu Meuwese (2012), esses homens parecem ter aceitado viajar na esperança de irem habitar outras terras da colônia, longe da repressão portuguesa na Paraíba. Por outro lado, Meuwese também escreveu com base em documentos na época, que havia a ideia entre os potiguaras de que os neerlandeses pudessem libertá-los do controle português. Esse pensamento persistiu nas décadas seguintes, sendo inclusive visível no discurso de Poti e Paraupaba.

Os seis potiguaras partiram para Europa, aprenderam a língua neerlandesa e se converteram a Igreja Reformada Neerlandesa, conhecida popularmente como Igreja Calvinista da Holanda. No ano de 1631, na nova leva de soldados, funcionários e recursos enviados pela WIC a Pernambuco, seguiram Pedro Poti e Antônio Paraupaba⁵, inicialmente como interpretes, depois se tornaram chefes militares, ganhando suas tropas e jurisdições. Do outro lado, alguns potiguaras se mostraram contrários a escolha de seus compatriotas em lutar pelos neerlandeses. Poti manteve-se leal a WIC até o fim da vida, inclusive negou-se a trocar o calvinismo pelo catolicismo, o que revela sua convicção religiosa (Vainfas, 2009).

Diogo Pinheiro Camarão, era parente de Felipe Camarão, ora referido como sendo seu sobrinho ou seu primo⁶. No entanto, pouco se sabe sobre ele, mas

⁵ Antônio Paraupaba (?-1656/1657) era filho de Luiz Gaspar Paraupaba, tendo sido um importante chefe indígena a serviço da WIC. Ele inicialmente atuou como interprete, mas depois ingressou no meio militar, participando de batalhas em Pernambuco e Paraíba, participou de missão no Ceará, mas sua principal área de atuação foi no Rio Grande do Norte, em que recebeu o comando dos indígenas daquela capitania (Hulsman, 2006). Paraupaba manteve-se leal a WIC até o fim da vida, inclusive usou sua influência nos Países Baixos para tentar promover melhorias ao seu povo. Assim como Pedro Poti, ele não renunciou ao calvinismo (Vainfas, 2009).

⁶ Navarro (2022) explica que as palavras tupis para designar irmão poderiam ser usadas para se referir a primos e sobrinhos, por conta de uma questão cultural. Além disso, a palavra irmão também era empregada num sentido de

assim como Felipe, ele conseguiu galgar posições nas tropas coloniais, tornando-se “capitão de índios”, ganhando o título de dom e sucedendo seu parente em 1648, no comando das tropas indígenas desde o Rio São Francisco até o Ceará (Elias, 2005).

Quanto a Diogo da Costa, esse também tem um passado nebuloso. Sabe-se que ele era irmão mais novo de Pedro Poti. No entanto, ele diferente do irmão, não viajou para os Países Baixos, tendo permanecido no Brasil e se convertido a fé católica. Se desconhece sua atuação na guerra, mas ele estava a serviço de Felipe Camarão, e por conta de seu parentesco com Poti, foi usado como intermediário nas tentativas diplomáticas de convencê-lo a desistir de seguir apoiando os neerlandeses (Navarro, 2022).

4. Análise da Primeira Carta (19 de agosto de 1645)

Essa carta foi escrita por Felipe Camarão sendo dirigida a Pedro Poti. Não se sabe o paradeiro exato de Camarão, possivelmente estaria entre Itamaracá e Pernambuco, porém, o destino da correspondência era a capitania paraibana, na qual estava Poti, que na ocasião tinha como base a aldeia Jacuípe⁷, situada próxima a costa, distando alguns quilômetros das fortificações localizadas na foz do rio Paraíba. A seguir pode se ler sua carta integralmente, conforme a tradução de Eduardo Navarro, com grifos nossos.

Envio minhas palavras novamente a todos vocês, meus filhos. Mando-lhes determinações novamente, por os amar de fato. Por quê? Por ser eu, na verdade, o pai verdadeiro de todos, para que **vocês não percam sua salvação**.

Isto não é bom em nossa terra, e **vocês se desgraçam muitíssimo com seus atos**, longe de mim, em sua **condição de cristãos**. Dirijo estas minhas palavras de novo para **salvá-los do pecado**.

Portanto, que todos vocês **reconheçam o remédio** que lhes mando. Estou pronto para **fazer tudo por vocês**.

Esta **guerra é muito dolorosa para mim**, por causa das **coisas más que vocês fizeram**, e eu **não tenho pena de vocês**.

Por que faço **guerra com gente de nosso sangue**, se vocês são os verdadeiros habitantes desta terra? Será que **falta compaixão** para com nossa gente? Ora, já duas vezes em luta?

Os **homens maus**, potiguaras que lutavam contra nós, morreram todos em Sirinhaém. Todos os que ajudavam os **homens maus morreram na batalha ontem**, lamentavelmente. Os que **lutaram**

identidade de povo, em que homens de uma mesma comunidade se identificavam como “irmãos”, mesmo não tendo um grau de parentesco.

⁷ Essa aldeia ficaria localizada no que hoje são terras do município de Lucena. Ela é conhecida também por diferentes nomes como Masurupe, Jaknigh, Miagebira, Nhiajereba etc.

com os homens maus para sua própria desonra, todos eles pereceram por nossas mãos. Hoje não se poupou a vida deles. Por que isso, se eles são os habitantes verdadeiros desta terra?

Vocês conhecem bem os portugueses por todas as coisas más que vocês fazem, mas vocês rejeitaram toda a culpa, então, para se livrarem desta. Vejam que eu lhes indico novamente o que vocês devem fazer, as determinações a seguir, para que vocês não tenham dificuldades com os homens maus se eles maltrataram vocês entre si.

A saída de vocês do meio deles será algo mais que um simples abalo de gente ruim e vocês ficarão com medo. Muitos comandantes morrerão, homens ruins, por nossas mãos.

Ontem prendemos mais quatro chefes e toda a sua família em que confiavam. Capturamos a metade dos quatrocentos subordinados deles. Alguns morreram com eles por nossas mãos. Morreu o capitão André de Souza Biobi, o capitão Mateus Monteiro, o capitão Gaspar Ijibaquajiribã e também todos os seus melhores subordinados.

Não pensem que se poupa a vida dos potiguaras (da gente nossa) por esses terem sido feitos chefes. Não pensem que os homens maus livram vocês de nós. Somente a vida deles é poupada. E por que, se eles são estrangeiros?

Portanto, evitem que mais índios sejam atraídos de novo, e que fiquem sendo **companheiros de guerra dos homens maus em suas ações futuras**. Não quero mais, de jeito nenhum, a morte de vocês. Portanto, venham vocês todos ao meu encontro, recolhendo-se junto a mim.

Eu vou certamente **perdoar-lhes todas as coisas más que vocês fizeram**.

Somente este é o **remédio de vocês**. Portanto, **fiquem contra eles**, afastando-se. Eu vou **ficar muito feliz se vocês fizerem isso**.

Eu novamente farei vocês estarem bem, perfeitamente de acordo com seu modo de vida de antigamente. Os que se acharem aí, conforme eu disse, serão completamente arruinados. Para longe deveriam ir para fugir de mim.

Que não finjam os índios uma fuga.

Que tristeza! Esta guerra é parecida com o que era a armada; sua condição é a condição daquela. Eu mesmo reconheço isso.

Deixem de se desonrar, fugindo de mim. Vou-lhes dar o perdão geral, sem dúvida. Vocês serão meus amigos.

Todos os chefes índios pedem-lhes muito que venham. Eles também lhes darão o perdão geral, de acordo com as ordens de seu próprio chefe.

Hoje, 19 de agosto de 1645.

Capp. Mor Camarão

Se vocês não confiam, vocês são uns aleijados.

Por que os holandeses já entregaram esta terra aos portugueses?

Portanto, reconheçam sua condição.

Ó meus parentes, (que pena!) vim aqui para retirar vocês de uma morada ruim.

Eis que aqui estou. Confiem em mim.

Capp. Simão Soares – Paraíba

Que se realizem estas minhas palavras. (Navarro, 2022, p. 9-11, grifos nosso).

A primeira das Cartas Tupis foi assinada por Felipe Camarão, mas ela possui um adendo em cinco linhas, feita pelo capitão Simão Soares, indígena que

atuava na Paraíba, tendo participado das batalhas contra os neerlandeses desde 1631, quando eles empreenderam a primeira tentativa de conquistar essa capitania (Oliveira, 2016). Pela condição de Soares ter escrito esse adendo, é possível que ele tenha sido um dos representantes enviados para entregar a carta e negociar os termos de rendição.

Os grifos em negrito destacam palavras e frases em que encontramos elementos que formam o discurso religioso presente nesta carta. Camarão além do apelo a fé, também se reportou de forma cordial, incluindo a condição de lembrar a Poti que eles pertenciam ao mesmo povo, que eles eram nativos daquelas terras, diferentes dos europeus que as invadiram, assim como, ele também sugeriu em vários momentos que a aliança que ele fez com os neerlandeses era algo desastroso, pois a guerra havia sido iniciada e eles estavam perdendo. Camarão até referiu-se a uma batalha ocorrida em Sirinhaém, que provavelmente deve ter sido o cerco de Vila Formosa de Sirinhaém no sul de Pernambuco, ocorrido entre 2 a 6 de agosto, contando com a presença do paraibano André Vidal de Negreiros (Garcia, 2012).

Nos dois parágrafos iniciais da carta, Camarão se apresenta como um “pai verdadeiro”, evocando a ideia de autoridade, como se fosse um ancião ou chefe, um costume comum entre povos indígenas. E nessa condição ele disse estar preocupado com Poti e os potiguaras que o seguiam, pois eles estariam cometendo atos que desgraçavam sua condição de serem cristãos, colocando em perigo a sua salvação (*rekokatu*), por estarem cometendo pecado (*tekoaíba*).

Segundo Navarro (2022), a palavra *tekoaíba* não significaria propriamente pecado, mas comportamento ruim. Entretanto, a palavra pecado que vem do latim *peccatus*, referia-se a “tropeçar”, “dar um passo em falso”, “cometer um erro” (Kaschel & Zimmer, 1993). Apesar de Navarro apontar que *tekoaíba* não teria um significado religioso propriamente, ainda assim, ele a traduziu no sentido de pecado por conta do contexto em que ela foi empregada.

A conversão ao cristianismo dos potiguaras e outros povos indígenas foi um processo longo e complexo, marcado por uma aproximação pacífica, disfarçando interesses escusos, como a condição de “amansar os indígenas” para

o trabalho escravo. Em outras ocasiões a conversão foi mais severa e violenta. E há casos em que os indígenas para escapar de castigos, optava-se em aderir a fé do colonizador. E os que ambicionavam ganhar um espaço naquela sociedade colonial, também se convertiam para abrir caminho para seus planos (Pompa, 2003).

No caso de Camarão e Poti, não sabemos os reais motivos da conversão deles, ainda assim, eles adotaram os discursos de suas fés, pelo menos em alguns momentos, o que incluiu adaptá-los aos seus interesses e interpretações, algo que vários indígenas fizeram como bem demonstrou Ronaldo Vainfas em *A heresia dos índios* (1995), ao comentar que diferentes povos indígenas que foram evangelizados acabaram por adaptar crenças cristãs aos seus costumes e sua própria compreensão de fé, o que levou padres e pastores a criticarem essas alterações, consideradas heréticas.

Nota-se que em dois momentos Camarão se identificou com a missão de proporcionar a “salvação” de seus irmãos, propondo um acordo de rendição, pois se eles deixassem de lutar pelos neerlandeses e passassem para o lado de Portugal, estariam agindo de forma não apenas correta e sábia, mas também religiosamente digna, já que ele apontou que a condição de eles estarem ao lado do inimigo fosse sinal de pecado. Neste ponto, ele apelou tanto para um discurso identitário, assim como, ele usou o discurso religioso, lembrando a Poti e os demais que eles seriam irmãos de fé.

Outro aspecto a ser analisado diz respeito a forma como Camarão se referiu aos neerlandeses e seus aliados indígenas, em ambos os casos eles são referidos como “homens maus” (*apÿabaíba*). O uso dessa expressão é interessante, pois em momento algum na carta usa-se a palavra inimigo, o qual seria o termo mais comum para ser usado naquela situação, já que os dois estavam em lados opostos da guerra. Entretanto, ao invés de usar a palavra inimigo, Camarão preferiu usar “homens maus”. A expressão em si tem um discurso religioso imbuído. Em outras obras do período como *O Valeroso Lucideno* (1648) e *O Castrioto Lusitano* (1679), em ambas as crônicas os neerlandeses eram referidos como maus, pérfidos, pecadores, inescrupulosos, criminosos, traidores entre outra série de adjetivos negativos. É importante

mentonar que ambos os livros eram reflexo direto do discurso religioso de seu tempo. Mesmo sendo obras publicadas posteriormente a data dessa carta, ainda assim, nota-se o uso de palavras e expressões em comum (Oliveira, 2021a).

Para entender esse discurso religioso de Felipe Camarão precisamos compreender a condição de sua época, pois como assinalado por Michel de Certeau (1982), o lugar social do autor abarca a sua realidade em diferentes aspectos. Embora Camarão tenha sido um guerreiro e chefe militar, ainda assim, as suas duas cartas carregam em si a mentalidade da cultura e sociedade de seu tempo. Como Certeau bem salienta: todo documento possui um contexto de origem e suas interpretações. Dessa forma, o contexto da carta de Camarão se inseria no linguajar barroco da época.

José Antônio Maravall (2009) escreveu que o Barroco deveria ser compreendido não apenas como um estilo artístico, mas como uma cultura e uma mentalidade⁸, a qual se desenvolveu entre os séculos XVI e XVIII, influenciado pelo desenvolvimento do mercantilismo, o surgimento dos Estados absolutistas, a Revolução Científica, a Reforma Protestante, a Contrarreforma, a Filosofia Moderna, o desenvolvimento urbano, o crescimento demográfico, o colonialismo, o contato com novos povos, entre outros fatores que foram agregados na arte, ideologias, discursos e simbolismos do Barroco.

E sobre a mentalidade barroca, Maravall (2009) comentou que uma de suas características foi o discurso religioso cristão, podendo ser apologético ao catolicismo ou ao protestantismo. Por conta disso, a literatura barroca em seus diferentes gêneros, abarcava esse discurso cristão, apresentando-o de forma mais enfática ou sutil, isso variava de acordo com o autor e suas intenções. E, no caso, dessa carta, é perceptível o discurso barroco como demonstrado a seguir.

Camarão era católico e Poti era calvinista, ambos eram cristãos, por conta disso Camarão apelava para o senso cristão de Poti, mesmo que naquele tempo ainda houvesse uma desavença entre as duas fés, resquícios das guerras religiosas

⁸ “O Barroco procurou conciliar numa síntese utópica a visão de mundo medieval, de base teocêntrica, e a ideologia clássica, renascentista, pagã, terrena, antropocêntrica (Moisés, 2008, p. 111).”

do século anterior⁹. Por conta dessa rixa religiosa, era comum católicos e protestantes se ofenderem, acusando-se de serem “falsos cristãos”, pois para cada um, a sua igreja era a verdadeira (Oliveira, 2021a).

Outro ponto a ser destacado diz respeito ao apelo religioso que Camarão fez quando ele falou em salvação, verdade, pecado e remédio. Esse tom era comum da mentalidade barroca, pois como Saraiva (1993) assinalou: o discurso barroco no quesito religioso, normalmente costumava evocar o exibicionismo da fé, sua glória, o poder divino e uma interpretação providencialista. Neste ponto, Brito (2012) complementa apontando a existência de uma perspectiva de vida pautada ainda nas ideias de pecado, castigo e redenção, como fatores morais que norteavam a vida daquelas pessoas, um legado medieval.

Na carta analisada encontramos algumas das características barrocas apontadas por Saraiva e Brito. Temos o exibicionismo da fé quando Camarão se identifica como meio para garantir a “salvação de seus irmãos”. Na medida em que ele se coloca nessa posição fica subentendido que ele foi agraciado com o “poder divino” de levar esperança aqueles cristãos, até porque em dois momentos ele fala que quer salvá-los e pode oferecer o “remédio” para isso.

Por sua vez, o pecado está presente na condição de Poti e seus aliados servirem ao inimigo, por conta disso eles são “castigados” com a derrota e a morte no campo de batalha. Por fim, o caminho da redenção seria eles se aliarem a Camarão e os portugueses. Assim, a tríade apontada por Brito se encontra presente apenas nesse trecho curto da carta, mostrando que Felipe Camarão reproduziu os discursos religiosos de seu “lugar social”. Embora não saibamos se essa ênfase dada por ele foi intencional ou indiretamente acabou se manifestando em sua carta, já que ele também utiliza a condição cultural e identitária como argumento para seu apelo feito a Poti.

5. Análise da Segunda Carta (4 de outubro de 1645)

A segunda carta é também atribuída a Felipe Camarão, tendo sido escrita

⁹ As chamadas guerras religiosas foram uma série de conflitos motivados por desavenças entre católicos e protestantes, ocorridas entre 1560 e 1660. Além do fator religioso, questões políticas, econômicas, morais e pessoais também contribuíram para esses conflitos (Corvisier, 1979).

nos idos de outubro e dirigida ao chefe Antônio Paraupaba, que vivia no Rio Grande do Norte. Ele como Poti e outros potiguaras, viajaram para os Países Baixos em 1625 e retornaram como funcionários da Companhia das Índias Ocidentais. Essas informações são importantes para compreender um dos trechos dessa carta.

Antes de prosseguir para comentar a carta, fizemos uma rápida recapitulação da situação da Insurreição Paraibana no mês de setembro. Sendo assim, em 1 de setembro montou-se a base rebelde nas terras do Engenho Santo André (atualmente no município de Santa Rita-PB), ali se reuniram os líderes do triunvirato paraibano, formado por Lopo Curado Garro, Jerônimo Cadena e Francisco Gomes Muniz¹⁰, os quais nomearam como chefes militares Antônio Rodrigues Vidal (sobrinho de Vidal de Negreiros), Simão Soares, Cosme da Rocha, Francisco Leitão, Capitão Couto que liderava uma companhia de índios flecheiros e Henrique de Mendonça que comandava uma companhia de negros escravizados (Oliveira, 2021b).

Estando a cadeia de comando definida e o “quartel-general” estabelecido, teve início o primeiro conflito ainda naquele mês, ocorrendo a Batalha do Inobim (11 de setembro) nas cercanias do rio homônimo. Sobre esse acontecimento o cronista frei Rafael de Jesus relatou que Pedro Poti liderou uma tropa de 300 soldados com destino a base dos insurretos localizada no Arraial de Santo André (situado no engenho de mesmo nome), porém, a expedição que seguia por barcaças pelo rio Paraíba foi interceptada na altura do rio Inobim (atual rio Obim, um afluente do rio Paraíba), ocorrendo a referida batalha. A força portuguesa conseguiu derrotar a tropa indígena de Poti, forçando sua retirada (Jesus, 1844).

Após essa batalha ainda houve um ataque a uma fazenda não informada, naquele mesmo dia, depois disso não tivemos novos conflitos relatados para setembro. Feito esse contexto, voltemos para as cartas. No mês de outubro, período que marcou a escrita de várias cartas, Felipe Camarão não estava na Paraíba, mas em Pernambuco, ainda assim, seus emissários transportavam a correspondência. Inclusive Diogo Pinheiro foi enviado para negociar com

¹⁰ Garro era cunhado de André Vidal de Negreiros, um dos grandes comandantes militares da guerra de restauração. Cadena era senhor de engenho e veterano de guerra. Muniz trabalhou em cargos públicos na capitania (Oliveira, 2021b).

Antônio Paraupaba no Rio Grande do Norte. A seguir temos a referida carta traduzida por Navarro (2022), contendo nossos grifos.

Envio-te estas minhas palavras, estando como teu verdadeiro pai, na verdade. Será que isto é contra tua vontade? Por quê? Estando eu como teu verdadeiro pai, não quero tua morte sem sentido, por seres **tu um cristão**, como se fosse aquele animal que não **conhece a Deus**.

Acaso tu estás gostando de **estar com os homens maus**? Com certeza, tu já tens nas tuas mãos agora tudo o que é grande. Que mais tu queres ainda deles? Tu estás sendo autêntico, de fato, (dizendo que estás) gostando deles, em tua **condição de cristão, querendo matar**, na verdade, **teu corpo** e, principalmente, **tua alma**? **Não posso ver, sem me importar, esse teu procedimento, por te amar de verdade.**

Informamos-te sobre o que tu farás se vieres diante de mim. Em toda esta terra eu posso, **por minha vontade, perdoar-te pelas coisas más que tu fizeste**, se tu vieres diante de mim. Portanto, deixa de acreditar nas palavras desses holandeses ou índios maus que fogem de mim com as esposas de seus próximos e quando eles contarem palavras fantasiosas minhas.

Esses brancos são sempre aquilo que tu bem conheces, em nós querendo seus escravos. Eles transgridem muito as promessas que te fazem. Fazem-nas a ti e não poupam de modo nenhum a vida de vocês, como dizem. Por que lhes fazem promessas? Para que eles (isto é, ‘os outros potiguaras’) não fiquem procurando seu próprio chefe, para que esses estejam com aquele homem ruim. Aquele holandês até lhes diz que lutem com seu Capitão-Mor e que, então, vai tratar as esposas deles ou seus filhos e filhas como seus amigos. Ele tenta **inventar palavras horríveis** que eu teria dito para vocês, **para que eu não os salve**.

Portanto, deixa de acreditar nessas coisas. Eu não sou um homem branco, mas, sim, o teu próprio pai. Assim sendo, que não dificultes a futura retirada dos nossos parentes que estão contigo, por causa dos homens maus. Que tragas a todos eles diante de mim. Eu perdoo também àqueles que estão contigo.

Teus avós não podem anular por si sós nossos regimentos. A anulação de uma única lei nossa não é mais como antigamente. Os velhos, segundo eles mesmos, acham que (matar os potiguaras aliados dos holandeses) é uma chacina.

Esses próprios **homens maus** é que nos obrigaram a fazer essa lei e, então, nós estamos buscando que tu não te desgraces. Vamos, mostra que tu não me repudias como esses homens ruins, estando tu na terra deles!

Eu vou para Paraguaçu, buscando aquela nossa futura morada. Eu não posso deixar desaparecer de nós mesmos as tradições do meu finado pai. Portanto, retira nossos parentes dos **homens maus** e venham para diante de mim. Não tenham medo de mim. Fazer isso não será difícil para vocês, de modo algum, se tu o quiseres.

Eu envio também esse teu tio (ou ‘primo do teu pai’), o sargento-mor Dom Diogo Pinheiro, para vocês fazerem isso. **Que o Senhor Deus ajude vocês nisso, para sua felicidade**, conforme a minha vontade.

Hoje, 4 de outubro de 1645.

O pai de todos vocês,
Capitão-Mor Camarão (Navarro, 2022, p. 19-21, grifos nosso).

A carta informa que Camarão estava preocupado com Paraupaba, mas não compreendia o motivo de sua vontade em manter-se aliado dos neerlandeses. Vale ressaltar que já fazia duas décadas que Paraupaba tinha feito contato com eles. O que representava vários anos trabalhando para a WIC. O relato ainda destaca a condição cristã de Antônio Paraupaba, em que Camarão disse que ele deveria ter um “sentido de vida” ou “propósito” mais compatível com de um cristão, para não morrer em vão.

Embora não saibamos exatamente como Camarão enxergava isso, estaria ele referindo-se ao dogma católico ou uma outra interpretação do cristianismo pautada nas crenças e costumes potiguaras? Vainfas (1995) sublinha que os indígenas tinham uma compreensão sobre religião distinta dos europeus, os quais cresceram numa sociedade monoteísta, enquanto esses povos americanos nasceram em culturas e sociedades pautadas no politeísmo, no animismo e no espiritualismo.

Sendo assim, Camarão apelar para Paraupaba se “comportar como um cristão” é intrigante, pois não sabemos se ele se referiu a adotar o dogma católico ou uma outra postura religiosa mais próxima dos costumes potiguaras. Essa indagação é levantada por conta de um problema observado entre os indígenas, a inconstância na fé, algo apontado por Castro (1992), como sendo uma referência ao mau comportamento dos indígenas após se converterem, por não respeitarem as proibições cristãs, mas também dizia respeito à condição de que mesmo convertidos eles ainda mantinham práticas e crenças de sua religião anterior.

Abrindo um paralelo comparativo, Jacques Le Goff em seu livro *O Deus da Idade Média* (2007), mostrou como a percepção da religião e da fé variava dentro de uma mesma sociedade, cultura, lugar e época. Tomando isso como referência, é difícil conjecturar como Camarão e Paraupaba entendiam o Cristianismo, pois desconhecemos por quais interesses eles se converteram, lembrando que a conversão era tomada por alguns indígenas como uma via de ascensão social naquela sociedade colonial¹¹. Paraupaba manteve-se leal aos neerlandeses até o

¹¹ Cf. *Brothers in Arms, Partners in Trade: Dutch-indigenous alliances in the Atlantic World, 1595-1674* (2012) de Mark Meuwese. O autor abordou como muitos indígenas buscaram na conversão uma forma de ingressar na carreira militar e conquistar patentes e status.

fim da vida. Ele permaneceu vinte e três anos em campanha no Brasil, tendo casado e tido filhos. Em 1654 com o acordo de rendição da WIC, Paraupaba e sua família seguiram para os Países Baixos, onde ele faleceu dois anos depois (Hulsman, 2006).

Além de sugerir desconfiança quanto a índole de Paraupaba, Felipe Camarão voltou a usar a expressão “homens maus” para se referir aos neerlandeses, e como visto anteriormente, essa carregava uma conotação religiosa negativa. Em seguida, Camarão sugeriu que a longa relação de Paraupaba com os neerlandeses era algo ruim e até pecaminosa, pois ele estaria querendo “matar seu corpo e sua alma”. Esse trecho é nitidamente de um teor religioso, ainda mais porque Camarão voltou a citar a condição cristã de Parapauba. Mas novamente não é possível saber como ele percebia essa relação de pecado; teria ele adotado o discurso barroco antiprotestante propagado pelos portugueses e espanhóis? Os quais alegavam que os protestantes eram “falsos cristãos”. Ou ele estaria abordando isso a partir das crenças e costumes de seu povo?

Outro aspecto a ser comentado sobre essa carta, o qual não tem relação com a temática religiosa, diz respeito ao próprio Camarão desconfiar dos europeus, a ponto de ele dizer não ser como “os homens brancos”, retratados como interesseiros, traiçoeiros e opressores. Inclusive ele comentou que tanto os portugueses como os neerlandeses tinham práticas em comum, e tratavam bem os indígenas desde que esses servissem de forma adequada aos seus propósitos. Aqui observa-se a opinião própria de Camarão contra o sistema colonial em que ele estava inserido. E realmente ele não estava errado, pois ambos os sistemas eram similares.

Ainda no dia 4 de outubro de 1645, data outra carta de Felipe Camarão, dessa vez endereçada a Pedro Poti. A correspondência teria sido entregue por Diogo da Costa, irmão de Poti, mas que lutava pelo lado português. Por essa carta não conter um discurso religioso, mas de caráter mais familiar, consistindo num apelo de irmão para irmão, decidimos não a analisar.

6. Análise da Quinta Carta (21 de outubro de 1645)

Durante o mês de outubro não ocorreram batalhas na Capitania da Paraíba, pelo menos não significativas a ponto de os cronistas se interessarem em relatá-las, ainda assim, a tensão entre os insurretos e os neerlandeses mantinha-se, já que no mês de novembro tivemos mais batalhas. Todavia, foi próximo ao final de outubro que Diogo Pinheiro Camarão escreveu sua carta para Pedro Poti. Dessa vez ele decidiu fazer seu apelo ao “irmão” para que ele abandonasse os neerlandeses. Em sua carta encontramos um discurso religioso mais enfático.

Ao senhor Capitão Pedro Poti o **próprio Deus, Nosso Senhor, te dê saúde.**

Antes de tu leres esta minha carta, que saibas que eu estou muito feliz, e pergunto pela saúde de todos vocês, eu também não estando mal, na verdade.

Para fazer-lhes as coisas, as coisas que vocês desejam, para fazer as coisas, envio estes meus soldados aí, perto dos teus caminhos, para a saída de vocês, dizendo-lhes: – Observem a saída de alguns dos seus.

Mandei o capitão Diogo da Costa, dizendo-lhe: – Prenda alguns homens ou algumas mulheres para conversar e diga a eles que vocês foram para retirá-los. Conversem com eles primeiro e, depois de conversar, faça-os ir para dar notícias a vocês.

Envio-te estas minhas palavras, senhor Pedro Poti, como coisa sabida de **Nosso Senhor Deus**. Por quê? Vê que eu sou teu parente legítimo. **Vem para sair do que é parecido ao fogo do diabo. Reconhece tua condição de cristão!**

Por que queres perder verdadeiramente tua condição de cristão? Por que queres verdadeiramente perder teu estado de filho do Senhor Deus? Que queres fazer, na verdade?

Sendo ignorante, tu estás, de fato, querendo muitíssimo arruinar-te.

Quantos cristãos perdidos viste? Não são os portugueses que se perdem. Por quê? Porque, por serem cristãos, o Senhor Deus não pode os fazer perecer.

Aqui estamos, novamente, querendo a retirada de vocês, conforme as palavras do senhor Capitão-Mor Antônio Felipe Camarão e também conforme as palavras do chefe de todos os portugueses.

Eu estou admirado com vocês, vendo sua fuga para longe de nós; mas não somos nós seus parentes? Por que vocês nos detestam? Nós não lhes fizemos nenhum mal. Tudo bem, vocês não fizeram nenhum mal para nós.

Para aí também vai a carta do Capitão-Mor para ti. Vai também para aí outra carta do Capitão-Mor para Antônio Paraupaba.

Oxalá o Senhor Deus entrasse em seus corações, ó cristãos! E se vocês saíssem, nós estaríamos muito felizes, para vê-los sempre.

Para aí também mandei duas mulheres até vocês, para levar notícias e para que te contem minha situação aqui.

Vão essas notícias somente. Que vocês estejam vivendo bem. **O Senhor Deus esteja com vocês.**

Hoje, 21 de outubro de 1645.

Teu irmão mais novo e teu amigo, Sargento-Mor Dom Diogo Pinheiro Camarão. (Navarro, 2022, p. 26-28, grifos nosso).

A carta se inicia num tom amigável em que seu autor desejou o bem para Poti e seus aliados, inclusive rogou a Deus que fizesse isso. Essa atitude é típica de alguns cristãos ao pedir que Deus abençoasse seus iguais. Segundo José Saraiva (1993), o discurso religioso barroco costumava referir-se ao exibicionismo da fé em dois sentidos: a exaltação das virtudes cristãs (geralmente citando santos ou personagens bíblicos à guisa de exemplo) e mostrar o poder da fé, apontando milagres e as bênçãos de Deus e os santos. No caso dessa carta temos nesse trecho um pouco de exibicionismo da fé, pois em quatro momentos Pinheiro exorta que Deus concedesse bênçãos a Poti e os demais potiguaras que o seguiam. Assim, ele estava “exibindo” sua fé.

Em seguida Pinheiro referiu-se à condição cristã de Poti, dizendo para ele tê-la em consideração, pois ele estaria em perigo, questão essa que ele falou para Poti “sair do que é parecido ao fogo do diabo”, aqui temos o uso de uma linguagem metafórica em que Pinheiro utilizou “fogo do diabo” (*Anhanga ratá*) para se referir a ideias como pecado, erro, perigo e maldade. O interessante disso é o uso da concepção do Diabo, algo típico do cristianismo, sendo um argumento ainda hoje usado no meio cristão quando você quer repreender alguém por suas atitudes consideradas inadequadas diante dos ensinamentos da sua fé. Logo, associar alguém com o Diabo é uma das formas mais impactantes para se reprovar algum comportamento, decisão, escolha, ideia etc. Neste caso, o fato de Poti atuar como inimigo de Pinheiro, seria uma atitude reprovável que o colocava à mercê das “forças demoníacas”. E essa opinião é retomada adiante na carta.

Tendo afirmado que o comportamento de Pedro Poti era reprovável, Pinheiro disse para ele agir como um cristão (embora não saibamos até onde ia sua percepção de cristianismo). E ainda indagou por que ele continuava a lutar contra seus irmãos, pois comprometia sua condição de ser cristão, colocando assim sua vida em risco. Em seguida ele até sugeriu que Poti agisse por ignorância, por não reconhecer o “erro” que estava cometendo. Adiante na carta, Pinheiro comentou que os “cristãos de verdade” não sofriam com aquela guerra, pois os portugueses não eram os que estavam perdendo, pois Deus não iria punir seus “verdadeiros fiéis”.

Essas palavras usadas por Diogo Pinheiro claramente apresentam a ênfase

de um discurso religioso adotado por ele nessa carta. E, no caso, um discurso com aspectos do barroco católico, em que imperava uma postura antiprotestante. Se nas cartas de Camarão essa postura não é tão nítida, na carta de Pinheiro ela se apresentou de forma mais enfática. Pela condição de Pedro Poti ser calvinista, Pinheiro colocou em dúvida se ele realmente estava sendo cristão, em seguida comentou que os “cristãos de verdade” (os católicos) não estavam sofrendo com derrotas.

Aqui é perceptível que para ele o protestantismo fosse uma heresia, um “falso cristianismo”, esse argumento era típico do discurso barroco antirreformista. Por tal condição, Poti havia “se esquecido de que era um cristão (católico)” na medida em que servia aos protestantes. Claramente nota-se o contexto das guerras religiosas estando presente, em que ambos os lados se atacavam para provar quem era “cristão de verdade” (Lima, 2015).

7. Análise da Carta Sete (31 de outubro de 1645)

A presente e última carta a ser analisada nesse estudo não foi traduzida por Eduardo Navarro, por conta disso, utilizamos a tradução mais antiga de Souto Maior. Esse documento consiste na resposta de Pedro Poti as cartas enviadas por Felipe Camarão. Sua resposta foi longa e revoltosa. Ele negou as críticas de Camarão, a quem ele considerou um iludido por confiar nos portugueses, os quais eram dados a falsidade e crueldades. Poti também defendeu os Países Baixos e os neerlandeses, desmentindo as acusações de eles serem “homens maus”. Por sua vez, ele até disse que seus parentes poderiam se unir a ele, pois seriam bem tratados. A seguir a carta na íntegra:

Eu me envergonho de nossa família e nação ao me ver ser induzido por tantas cartas vossas à traição e deslealdade, isto é, a abandonar meus legítimos chefes, de que tenho recebido tantos benefícios.
É tolice o imaginardes que nos iludes tão facilmente com essas palavras vãs, e até fico pensando que, não ousando nos vir visitar como soldados, procurais usar essas falsas imposturas.
Ficai sabendo que serei um soldado fiel aos meus chefes até morrer.
Estou bem aqui e nada me falta; vivemos mais livremente do que qualquer de vós, que vos mantendes sob uma nação que nunca tratou de outra coisa senão de nos escravizar.
Os cuidados que dizeis ter por mim e os favores que os portugueses nos dispensariam não são mais que histórias contadas para nos iludir.
Por minha parte só tenho um sentimento, e provém de não virdes visitar aqui.

Não acrediteis que sejamos cegos e que não possamos reconhecer as vantagens que gozamos com os holandeses (entre os quais fui educado). Jamais se ouviu dizer que tenham escravizado algum índio ou mantido como tal, ou que hajam em qualquer tempo assassinado ou maltratado algum dos nossos.

Eles nos chamam e vivem conosco como irmãos; portanto, com eles queremos viver e morrer.

Por outro lado, em todo o país se encontram os nossos, escravizados pelos perversos portugueses, e muitos ainda o estariam, si eu não os houvesse libertado.

Os ultrajes que nos têm feito mais do que aos negros e a carnificina dos da nossa raça, executada por eles na Baía da Traição, ainda estão bem frescos na nossa memória.

E o que pode dar melhor a conhecer seus desígnios tirânicos do que a crueldade cometida recentemente contra os nossos em Sirinhaém depois de concedido o quartel?

Aquele sangue clamará a Deus por vingança, já tendo, todavia, o meu irmão Antônio [Paraupaba] tirado uma boa desforra no Rio Grande.

Não, Felipe [Camarão], vós vos deixais iludir; é evidente que o plano dos celerados portugueses não é outro senão o de se apossarem deste país, e então assassinar ou escravizarem tanto a vós como a nós todos.

Vinde, pois, enquanto é tempo para o nosso lado a fim de que possamos com o auxílio dos nossos amigos viver juntos neste país, que é a nossa pátria e o seio de toda a nossa família.

Sobre isso aqui estamos todos de acordo; portanto, vinde vos unir a nós, e garanto-vos que os holandeses vos farão os mesmos benefícios que nos fazem.

Não tendeis a menor dúvida: os portugueses terão de se escapular; esses bandidos hão de desaparecer como o vento.

Sou cristão e melhor do que vós; creio só Cristo, sem macular a religião com idolatria, como fazeis com a vossa.

Aprendi a religião cristã e a prático diariamente, e si vós a tivesses aprendido, não servirias com os pérfidos e perjuros portugueses, que apesar das promessas do rei e do juramento feito a ele, depois de roubarem os bens dos holandeses, vêm atacar traiçoeiramente esses e a nós mesmos, mas **hão de receber o castigo de Deus**".

Vinde, portanto, para o nosso lado, e afastai-vos dos perjuros e traidores, que não poderão se sustentar aqui, donde brevemente os expulsaremos à força e também da Bahia.

Deveis saber que os seus feitos no Sul não têm a mínima importância; quem tem mais gente fica senhor do campo.

O Pontal¹² foi entregue por traição, mas os holandeses o retornarão com valor, pois deveis conhecer que o mar domina o Brasil.

Tem vindo bastantes socorros da Holanda para a nossa manutenção, e esperamos toda a hora uma grande armada extraordinariamente forte, a qual juntaremos os navios aqui existentes e então poremos mão à obra.

Em suma, os holandeses aproveitarão o alvitre para se apossarem de todo o Brasil, pois o rei de Portugal se acha sem recursos ou forças.

Os da Bahia perderam seus navios na baía de Tamandaré¹³, e não tem meios para adquirir outros.

Não me faleis sobre a fraqueza dos holandeses. Estive e me estudei

¹² Pontal era um aldeamento situado na Paraíba, no atual território do município de Rio Tinto, ao norte do rio Miriri. Desde 1638 ele estava sob administração neerlandesa, quando começou a evangelização calvinista. Praticamente nada se sabe a respeito dos conflitos ocorridos ali, mas Poti disse que alguém os traiu para entregar o aldeamento aos portugueses.

¹³ Situada no sul de Pernambuco.

naquele país. Existem navios, gente, dinheiro e tudo em tanta abundância como as estrelas no céu; e disso tem vindo para cá alguma coisa.

Tem sido também por meus dos seus navios e tropas que esse D. João [IV] se tem sustentando a quatro anos, no trono, e tem podido reinar, sendo para esse fim ajudado pelo príncipe de Orange e os Estados Gerais, dando-lhes ele, entretanto, tão mal pago.

Não entendi a frase em que dizeis “que eles terão compreendido a deslealdade que aqui se seguirá”.

Eles puderam tomar ao rei de Castela e de Portugal e conservar não só este país, mas também as Índias Orientais e muitas outras terras, e agora, não ireis julgar certamente que eles devam ceder tudo a este novo D. João.

Abandone, portanto, primo Camarão, esses perversos e perigosos portugueses e vinde juntar-vos conosco; garanto-vos que vos darei bem. Formaremos uma força respeitável e expulsaremos, esses trapaceiros e traidores. Mantenhamo-nos com os estrangeiros [neerlandeses], que nos reconhecem e tratam bem a nossa terra.

Os bandidos portugueses até agora nada têm conseguido senão por traição.

Si o capitão-mor¹⁴ fosse vencido no campo, na Várzea, parecia ter alguma importância; mas surpreender à noite uma casa, onde se encontra uma quantidade de pessoas desarmadas, não é coisa que valha a pena gabar-se.

Não pude encontrar nas vossas cartas menção alguma sobre a maneira como fostes tratados em Itamaracá no dia 24 de setembro¹⁵ e como vos ocorreu tudo por lá; mas parece que não quereis vir a mim como amigo. Se tivesses vindo e ficado aqui no quartel junto conosco, não se teria dado o que se deu.

Nada conseguiremos por meio de cartas, portanto não mais me escrevais.

Não quero receber tais cartas.

Em suma, vos queixareis ainda desta guerra e estais iludidos por essa corja de celerados perjuros e perversos, que tanto tem seduzido a vós e a todos os nossos amigos e oprimido tão tiranicamente os nossos. Adeus.

No meu acampamento¹⁶, 31 de outubro de 1645.

Assinado: o regedor e comandante do regimento de índios na Paraíba, P. Poti. (Souto Maior, 1913, p. 407-410).

Nessa longa resposta dada por Poti a Camarão, o elemento religioso aparece de forma breve, já que ele enfatizou mais o argumento de atacar a moralidade dos portugueses, detratando-os e culpando-os pela escravidão e massacres. Porém, como o intuito do artigo foi analisar apenas o discurso religioso, logo, nos focamos apenas no breve trecho em que Poti defendeu seu

¹⁴ Poti refere-se a Felipe Camarão, que possuía a patente de capitão-mor dos indígenas. Todavia, não se sabe exatamente que ataque noturno foi esse que ele mencionou.

¹⁵ Poti se referiu ao ataque a Vila Schkoppe em Itamaracá, iniciado em 21 de setembro e terminado no dia 24 do mesmo mês. A campanha foi liderada por Vidal de Negreiros e Vieira. Após três dias de batalhas e vários feridos, incluindo o próprio Felipe Camarão, os portugueses desistiram do cerco. Não se sabe exatamente como Camarão se feriu e o que especificamente Poti quis salientar em sua carta, mas dar a entender que alguma indiferença ao estado dele tenha ocorrido (Garcia, 2012).

¹⁶ Possivelmente a antiga aldeia Jacuípe em Lucena-PB.

posicionamento religioso e questionou o de seu parente.

Nota-se que não eram apenas os católicos que consideravam os protestantes como “falsos cristãos”, o discurso existia no lado oposto e era forte também como comentou Gonsalves de Mello (2001), ao escrever que embora a tolerância religiosa tenha sido concedida a partir de 1635 e reafirmada durante o governo de João Maurício de Nassau (1637-1644), ela nem sempre imperou de forma justa. Pela documentação da época havia queixas dos moradores contra a intransigência dos neerlandeses em proibir as missas e os festejos católicos, fato esse que em alguns momentos da década de 1640 a missa deveria ser feita a portas fechadas e as cerimônias de rua foram proibidas. O mesmo valia para os judeus. Além disso, alguns autores neerlandeses que escreveram nesse período, se referiam aos católicos pelo termo pejorativo de “papistas”, uma referência a eles “adorarem” os papas. Essa característica é reflexo das guerras religiosas na Europa, as quais influenciaram o discurso religioso barroco, anteriormente comentado.

Retomando a carta de Pedro Poti, nota-se a defesa do discurso protestante de ser um “verdadeiro cristão” por somente crer em Cristo. Concepção ainda hoje mantida pelas igrejas protestantes por renegarem o papel dos santos como interventores perante a Deus. Além disso, Poti expressava outra opinião protestante da época: que os católicos cometeriam idolatria. Os fundadores da Reforma Protestante como Martinho Lutero, João Calvino, Ulrico Zuínglio, entre outros, criticaram a excessiva devoção e veneração aos santos e suas imagens. Essa ideia inclusive não era nova, desde a Idade Média já havia queixas por alguns segmentos da Igreja Católica quanto isso, o que gerou inclusive movimentos radicais como a Iconoclastia (VII-IX) surgida no Império Bizantino (Erickson, 2015).

Por esse discurso, Poti reafirmava que ele era um “cristão de verdade” por ter se tornado calvinista, condição que o fez aprender a respeito das “falácias” da doutrina católica. Por conta disso, ele falou em ser melhor cristão do que seus parentes que se mantinham católicos. Sobre isso, Ronaldo Vainfas destacou a condição de que a evangelização calvinista teve que enfrentar dois problemas em sua atuação no Brasil.

Convém sublinhar, a propósito, que a tarefa dos predicantes era, então, sobremodo complexa. Não se tratava de simplesmente converter índios pagãos ao cristianismo, tarefa em si mesma árdua e penosa, como atesta a experiência inaciana no século XVI e seguintes. Tratava-se de realizar uma “nova conversão” de índios cristãos já separados por gerações de seus antepassados. Afastados, portanto, e em boa medida, de seus valores tradicionais. É certo que tal afastamento não era absoluto (Vainfas, 2009, p. 152).

Se na carta de Camarão temos dúvidas quanto a sua percepção acerca do cristianismo, quanto a Poti, pelo menos nessa carta, ele deixa claramente que se reconhecia como calvinista e até adotou o discurso anticatólico dele. E essa postura é visível também em outras passagens da carta, quando Poti reafirmou que conhecia os neerlandeses por ter estudado e vivido com eles, além de apontar que eles fossem diferentes dos portugueses.

Essa ideia de que os neerlandeses teriam um sistema colonial diferente do empregado pelos portugueses era algo que existiu na época, não sendo uma opinião apenas de Poti. Neste ponto, não sabemos se ele realmente acreditava totalmente nessa diferença como ele deixa explícito na sua carta, ou quis omitir os problemas como forma de reforçar seu discurso benéfico para os neerlandeses. Sobre isso, Gonsalves de Mello (2001) salientou que houve indígenas, africanos e até colonos “brasileiros” que chegaram a alegar que o governo da WIC fosse menos severo do que o português, e que até mesmo houvesse planos para abolição da escravidão. Evidentemente tais planos eram apenas rumores.

Poti seguiu dizendo que se seus parentes fossem “realmente cristãos” eles não continuariam seguindo e apoiando os portugueses, por eles serem traiçoeiros e enganadores. O interessante é que esse discurso também foi feito por Camarão e Pinheiro, dizendo que os neerlandeses eram quem agiam assim. Aqui nota-se como cada lado acusava o outro de agir da mesma forma e cometer os mesmos crimes.

Ainda defendendo sua opinião de que os portugueses não eram um povo de confiança, Poti disse que mesmo eles tendo feito juramentos ao rei deles, ainda assim, continuavam a atacar os neerlandeses. Não sabemos exatamente que juramentos teriam sido esses ao qual ele se referiu, mas o monarca provavelmente tenha sido D. João IV, que começou a governar em 1640 com o término da União Ibérica (1580-1640). Mas por conta de Poti dizer que os

portugueses não cumpriam com seu juramento e seguiam roubando e atacando os neerlandeses e indígenas aliados deles, Deus iria castigá-los por isso. Observa-se evocação de Deus e seu poder punitivo ou vingativo¹⁷, que recairia contra os “inimigos de seu povo”.

O apelo a Deus novamente consiste numa característica do discurso religioso barroco, como demonstrado anteriormente. E, nesse caso, ele funde-se as práticas indígenas, dentre as quais, o ato de vingança. Aqui é perceptível que Poti recuperou uma prática de seus antepassados, mas agora justificando-a segundo sua religião. Esse posicionamento de evocar Deus para a vingança também foi encontrado em outro discurso religioso, dessa vez proferido por Antônio Paraupaba em outras ocasiões.

Sobre isso, Viração (2012) comenta que ele foi até mais além do que Poti, chegando a citar versículos bíblicos sobre a vingança divina. Observa-se assim como nesses dois casos temos indígenas inseridos nesse contexto religioso reformado, a ponto de usar seus discursos para seus intuitos.

Considerações finais

No começo de novembro de 1645 o governador Paulus de Linge relatou ao Alto e Secreto Conselho que André Vidal de Negreiros e Antônio Felipe Camarão estariam na Paraíba organizando os próximos planos de batalha. No dia 11 de novembro ocorreu uma batalha envolvendo centenas de combatentes como assinalado pelo cronista neerlandês Johan Nieuhof (1942). Além dessa batalha, um ataque foi feito ao Engenho São Tiago, em que a população foi massacrada pelos neerlandeses, talvez em ato de retaliação pela derrota sofrida no dia 11. Após esses acontecimentos Nieuhof nada mais relatou, já o cronista frei Manuel Calado (1648) informou que no final daquele mês, Vidal de Negreiros havia retornado a Pernambuco, mas Camarão tinha seguido para o Rio Grande do Norte.

Por esse resumo histórico dos acontecimentos militares ocorridos na Paraíba no mês de novembro logo após o envio das Cartas Tupis, observa-se que

¹⁷ Essa ideia de Deus como vingador e punidor é encontrada em distintas passagens bíblicas, entre as mais famosas estão *Salmo 94*, *Romanos 12:19* e *Deuteronômio 32:35*.

as tentativas de negociação por uma rendição falharam totalmente. No entanto, com exceção de Nieuhof que citou a batalha do dia 11 de novembro, os demais cronistas como Rafael de Jesus e Manuel Calado não relataram nada a respeito. O próprio Nieuhof nem se quer citou o local onde a batalha transcorreu, mas disse que os portugueses teriam uma força de 800 soldados, já os neerlandeses contariam com 300 soldados brancos e mais um número indeterminado de potiguaras.

Assim, as Cartas Tupis mostram que quatro indígenas do povo Potiguara usaram sua fé cristã no discurso de tentar persuadir uns aos outros. Como assinalado por Vainfas (1995) e Pompa (2003), houve indígenas que realmente fizeram uso do discurso cristão para seus próprios interesses e alguns realmente parecem ter demonstrado convicção ao se converterem aquela fé, lembrando que a conversão não significaria o total abandono de suas crenças anteriores, pois por serem povos animistas e espiritualistas era mais comum agregar diferentes práticas religiosas e mantê-las unidas, do que as excluir, como estudado por Castro (1992).

Dessa forma, as Cartas Tupis contêm elementos do discurso religioso barroco, apresentando o exibicionismo da fé, sua glória e o poder divino, assim como, apresentam elementos pautados numa ideia de pecado e salvação. Juntos esses elementos compuseram o discurso religioso ora antiprotestante e ora anticatólico, duas características que refletem novamente a mentalidade barroca como salientado por Maravall (2009), mostrando que algumas mentalidades e discursos são tão impactantes que transcendem fronteiras, mares, etnias e línguas.

REFERÊNCIAS

BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil: 1624-1654**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1961. (Coleção Brasileira, vol. 312)

BRITO, Sylvia Brandão Ramalho de. **A dialética do castigo: histórias de um frade no Brasil holandês**. João Pessoa, 2012. 175f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba.

CALADO, Manuel. **O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade**. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1648.

CASTRO, Eduardo Viveiro de. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. **Revista de Antropologia (USP)**, São Paulo, v. 35, p. 21-74, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CORVISIER, André. **Armies and societies in Europe, 1494-1789**. Translation Abigail T. Siddall. Bloomington: Indiana University Press, 1979.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. A retórica da naturalidade: a pátria de Felipe Camarão como um problema historiográfico. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 26, p. 1-15, 2019.

COSTA, Regina de Carvalho Ribeiro da. A prática discursiva potiguara em meio às guerras luso-holandesas: A participação política dos brasileiros. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-23, 2021.

ELIAS, Juliana Lopes. **Militarização indígena na Capitania de Pernambuco no século XVII: o caso Camarão**. Recife, 2005. 164f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco.

ERICKSON, Millard J. **Teologia Sistemática**. Tradução de Robinson Malkomes, Valdemar Kroker e Tiago Abdalla Teixeira Neto. São Paulo: Vida Nova, 2015.

HEIJER, Henk den. The Dutch West India Company, 1621-1791. In: POSTMA, Johannes; ENTHOVEN, Victor (eds.). **Riches form Atlantic commerce: Dutch Transatlantic Trade and Shipping, 1585-1817**. Leiden/Boston: Brill, 2003, p. 77-114.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GARCIA, Rodolfo (org.). **Obras do Barão do Rio Branco VI: Efemérides Brasileiras**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

HULSMAN, Lodewijk. Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656. **Revista de História (USP)**, São Paulo. n. 154, p. 37-69, 2006.

JESUS, Rafael de. **Castrioto Lusitano ou história da guerra entre Brazil e a Hollanda**, durante os anos de 1624 a 1654. 2ª ed. Paris: publicado por J. P. Aillaud, 1844.

KASCHEL, Werner; ZIMMER, Rudi. **Dicionário da Bíblia de Almeida**. 2. ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

LE GOFF, Jacques. **O Deus da Idade Média: Conversas com Jean-Luc Pouthier**. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LIMA, Danilo Pereira. O leviatã e as guerras religiosas no século XVII: uma análise do estado absolutista a partir de Thomas Hobbes. **Revista do Direito Público**. Londrina. v. 19, n. 1, p. 9-30, 2015.

- MARAVALL, José Antônio. **A cultura do Barroco**: Análise de uma Estrutura Histórica. Tradução Silvana Garcia. São Paulo: Editora da USP, 2009.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil holandês**. São Paulo: Penguin Classics, 2010.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks/Instituto Ricardo Brennand, 2001.
- MEUWESE, Mark. **Brothers in Arms, Partners in Trade**: Dutch-indigenous Aliances in the Atlantic World, 1595-1674. Leiden: Brill, 2012.
- MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa**. 37. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.
- MOONEN, Frans; MAIA, Luciano Mariz (orgs.). **Etnohistória dos índios Potiguara**. João Pessoa: Procuradoria da República na Paraíba/Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1992.
- NAVARRO, Eduardo de Almeida. Transcrição e tradução integral anotada das cartas dos índios Camarões, escritas em 1645 em tupi antigo. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém. v. 17, n. 3, p. 1-49, 2022.
- NIEUHOFF, Johann. **Memorável viagem marítima e terrestre pelo Brasil**. Tradução de Moacir N. Vasconcelos, introdução, revisão e notas de José Honório Rodrigues. São Paulo: Livraria Martins, 1942.
- OLIVEIRA, Leandro Vilar. **Guerras luso-holandesas na Capitania da Paraíba (1631-1634)**: um estudo documental e historiográfico. João Pessoa, 2016. 255f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba.
- OLIVEIRA, Leandro Vilar. “Cruzada Brasília”: o discurso bélico-religioso de clérigos durante o Brasil Holandês. **Clio**: Revista de Pesquisa Histórica. Recife. v. 39, p. 397-419, 2021a.
- OLIVEIRA, Leandro Vilar. A Insurreição Paraibana contra os holandeses (1645-1647): uma síntese histórica. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, a. 182, n. 486, p. 15-42, 2021b.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 10. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.
- POMPA, Cristina. **Religião como tradução**: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru: EDUSC, 2003.
- SAMPAIO, Theodoro. Cartas tupis dos Camarões. **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano**, Recife. v. XII, n. 68, p. 201-305, 1906.
- SARAIVA, Antônio José. **História da literatura portuguesa**. 16. ed. Lisboa: Porto Editora, 1993.
- SCHWARTZ, Stuart B. The Voyage of the Vassals: Royal Power, Noble Obligations, and Merchant Capital before the Portuguese Restoration of Independence, 1624-1640. **The**

American History Review, Oxford. v. 96, n. 3, p. 735-762, 1991.

SOUTO MAIOR, Pedro. Fastos Pernambucanos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro. t. LXXV, parte I, p. 259-504, 1913.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios**: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. 2. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Colonial** (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. O Plano para o Bom Governo dos Índios: um jesuíta a serviço da evangelização calvinista no Brasil holandês. **Clio**. Recife. n. 27, v. 2, p. 145-162, 2009.

VIRAÇÃO, Francisca Jaqueline de Souza. **Igreja Reformada Potiguara** (1625 – 1692). A Primeira Igreja Protestante do Brasil. São Paulo, 2012. 98f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Presbiteriana Mackenzie.